

USINA HIDRELÉTRICA JIRAU

Relatório Semestral de Atividades Programa de Compensação Social

EMPRESA: **CNEC Engenharia S/A**

PERÍODO DAS ATIVIDADES: **2º Semestre 2009**

RESPONSÁVEL DA CONTRATADA: **Fabio Maracci Formoso**

RESPONSÁVEL DA ESBR: **Charles Ferreira**

Sumário

1. OBJETIVOS	3
2. ASPECTOS RELEVANTES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	3
3.1 SUBPROGRAMA DE APOIO AOS MUNICÍPIOS	3
3.2 SUBPROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE OPORTUNIDADES	6
3.3 SUBPROGRAMA DE APOIO À REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	9
3.4 SUBPROGRAMA DE FOMENTO À TECNOLOGIA DE EXTRAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS	10
3.5 SUBPROGRAMA DE APOIO E ASSISTÊNCIA AOS GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS	11
4. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO	12

1. OBJETIVOS

O presente relatório de acompanhamento **SEMESTRAL** tem por objetivo descrever as atividades desenvolvidas ao longo dos primeiros seis meses da emissão da LI nº 621/2009, conforme condicionante 2.1 da mesma, no âmbito do **Programa de Compensação Social** do Aproveitamento Hidrelétrico Jirau (AHE Jirau).

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1 SUBPROGRAMA DE APOIO AOS MUNICÍPIOS

Atenção a População Migrante

AT.01 – Minimização dos Movimentos Migratórios

Esta atividade compreende essencialmente a compatibilização do fluxo migratório com as necessidades e possibilidades da curva de absorção de mão de obra do empreendimento. Envolve, portanto, tanto ações locais, como iniciativas nas origens daquele fluxo populacional. Para sua materialização são requeridas interfaces com vários atores internos e externos, de que são exemplo a Comunicação Social, as construtoras e contratados do Empreendedor, órgãos públicos municipais (inclusive das áreas de origem da mão de obra atraída para a AID) e estaduais, etc.

Compõe parte do escopo desta atividade a organização do Centro de Atenção ao Migrante, que terá por base territorial o distrito de Jacy-Paraná.

O fato de que o município de Porto Velho esteja passando por uma grande concentração de obras motivou várias interações entre a equipe da CNEC e ESBR para tratar da questão. Nestas oportunidades se trabalhou a questão tanto do ponto de vista conceitual, quanto sob a lógica executiva, uma vez que já constava da pauta ações da SAESA sobre o tema.

Parte significativa desta atividade envolve interações com os diferentes atores que permitirão o estabelecimento dos Centros de Atenção ao Migrante, bem como das diretrizes da comunicação social dirigida à população migrante.

Até o presente momento foram contatadas a SEMAS Secretaria Municipal de Assistência Social e a SEMDESTUR Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo, que concordam em integrar a abordagem em rede.

AT.02 - Elaboração de Diretrizes para Comunicação Social dirigida à População Migrante

Com ênfase na população migrante em termos de público-alvo preferencial, mas não exclusivamente, deverão ser estabelecidas diretrizes para os trabalhos de comunicação social, se possível em conjunto com as autoridades públicas envolvidas.

Em termos estratégicos, os conteúdos e instrumentos deverão contemplar formas de inibição do fenômeno migratório, mas também veicular as melhores formas de acesso aos serviços públicos contemplados para a população em geral e para a população afluyente em particular.

As diretrizes devem ser consolidadas em conjunto com a equipe de comunicação social, a quem caberá a implantação dos trabalhos específicos relacionados (divulgação e atendimento ao público, principalmente)

No dia 26/09 p.p. houve o primeiro contato com o responsável pelo Programa de Comunicação Social. O desenvolvimento das estratégias envolvendo a implantação do Centro de Atenção ao Migrante deverá determinar a natureza do Plano de Comunicação que se deve desenvolver, visando este público específico.

Uma vez definida a natureza do Centro de Apoio ao Migrante configura-se uma parte muito significativa do tipo de comunicação que deverá ser realizado neste âmbito, na qual deve prevalecer como proposta:

- Informações sobre o andamento das obras, curvas de mobilização e desmobilização;
- Oportunidades de emprego;
- Estrutura de transporte para os diferentes pontos de atração de mão de obra;
- Informações úteis, como aquelas relativas ao meio amazônico (endemias, vetores, etc.).

Ressaltamos que a proposta encontra-se em fase de discussão junto das secretarias municipais que possuem interface, antes de sua execução.

AT.03 – Monitoramento dos Movimentos Migratórios

Compreende o monitoramento da população atraída para a AID, sendo essencial às ações previstas no âmbito do Programa de Compensação Social, uma vez que esta variável compõe o leque de indicadores que dimensionará as iniciativas a serem tomadas pelo Empreendedor, no que se refere aos impactos sobre serviços e equipamentos públicos.

Em setembro a equipe iniciou a definição conceitual do problema do monitoramento da população atraída para a AID. Para tanto acessou os levantamentos realizados pelo EIA-RIMA, além de estudos complementares realizados pelo Ministério Público de Rondônia.

Uma forma de se verificar a questão em relação ao crescimento populacional em virtude da entrada da UHE Jirau é a de verificar variáveis que possam indicar a tendência de crescimento populacional da localidade de Jacy-Paraná, tais como crescimento das ligações de energia elétrica, aumento por matrículas escolares, população adstrita às unidades de saúde, etc..

Esta estratégia demonstra-se adequada tanto do ponto de vista técnico, quanto sob a ótica do custo / benefício, uma vez que ainda no ano de 2010 será realizado um Censo Demográfico, cujos primeiros resultados deverão estar disponíveis ainda no fim daquele ano. A este título observar:

É importante ressaltar que a metodologia de monitoramento preconizada neste Subprograma, precisará ser objeto de revisão completa, tendo por meta reforçar a coerência técnica do monitoramento do aumento populacional, conjugada com a exequibilidade das previsões indicadas naquela seção do PBA.

Sob este aspecto é relevante observar que a base de informações previstas para o monitoramento da população migrante é indicada como sendo o Censo de 2007, que, a rigor, é uma contagem populacional. Do ponto de vista metodológico tal contagem é muito mais simples

do que um Censo em sentido estrito, fato que salvo melhor juízo dificulta, se não inviabiliza, utilizá-la para os fins indicados no monitoramento. A este respeito ver:

Para fins de qualificação da questão, observar ainda as publicações Contagem Populacional 2007 e Aspectos da Contagem da População.

Em novembro o sistema de monitoramento foi apresentado em primeira versão à ESBR, tendo sido elaborada uma lógica de captação de dados, que contempla as variáveis populacionais.

Estes dados, obtidos em grande medida a partir de fontes secundárias, serão complementados a partir da exploração de informações oriundas do Cadastro Socioeconômico (CSE).

Importante salientar que o monitoramento proposto define datas base de cada variável, periodicidade de coleta, território de abrangência, mecânica de aquisição da informação e formato de relatórios a serem produzidos. O cronograma de implantação, objeto de consenso com a ESBR é o seguinte:

Cronograma de ações:						
Item	Atividades	Até 04/12/2009	Até 11/12/2009	Até 22/01/2010	Até 26/02/2010	Até 30/04/2010
1	Consolidação do modelo e ajustes (CNEC e ESBR PVH e RJ)					
2	Organização dos dados básicos					
3	Organização da totalidade dos dados					
3	Consolidação do Relatório Versão 1 (completa)					
4	Construção do Sistema Informatizado					

AT.04 - Diagnóstico das Políticas Públicas de Base Local – Educação, Saúde, Segurança, Habitação, Saneamento, Lazer / Recreação

Compreende o mapeamento das políticas públicas setoriais indicadas acima, particularmente quanto à forma de sua materialização no território do Município de Porto Velho, assim como a mensuração de impactos sobre serviços e equipamentos públicos – que se fará, no essencial, a partir do monitoramento da população atraída para a AID e acompanhamento sistemático da adequação dos Protocolos de Intenções ao incremento populacional.

Além das ações e compromissos assumidos como formas de compensação, deverão ser consideradas outras políticas públicas que estejam em curso e sua eficácia em termos de qualidade de vida das populações envolvidas e atenuação de possíveis desequilíbrios provocados pelo fluxo de população às áreas urbanas consideradas.

No período compreendido entre 28 e 30 de setembro houve interações com os gestores das políticas públicas de renda e emprego, esporte e lazer, planejamento de tráfego e juventude. Juntamente com as demais entrevistas havidas com os gestores das políticas públicas setoriais estas informações serão insumos para a produção do RT02: Políticas Públicas de Base Local e Demandas Iniciais – Educação, Saúde, Segurança, Habitação, Saneamento e Lazer/Recreação.

As demandas e compromissos assumidos pelo Empreendedor estão, no essencial, computadas nas previsões dos Protocolos de Intenções subscritos com a Prefeitura Municipal e Governo do Estado. Os protocolos a sua vez passaram por um processo de detalhamento, que tanto discrimina verbas, quanto permite ver o status de execução de cada item.

Houve, ainda, no dia 19/10 uma reunião no IBAMA, na qual ficou acordado que a contar de 60 dias daquela data deveria ser produzido um documento diagnóstico relativo às políticas públicas em bases locais, visando orientar a aplicação de R\$ 45 milhões, previstos na LI.

Ocorreu no dia 08/10, às 8h30 reunião com a Secretária da SEMED Secretaria Municipal de Educação, Professora Epifânia Barbosa que tratou tanto da questão da inclusão digital, a propósito da qual existem algumas observações da gestora quanto ao modo de conduzir a atividade:

“Inclusão digital. Inicialmente foi apresentado o objetivo da visita relacionado à proposta de pauta. A Secretária Epifânia iniciou as discussões pelo tema da inclusão digital e fez uma observação quanto à forma que referimos aos telecentros. No Item “d” do Protocolo de Intenções diz “Parceria para Implantação do Programa de Inclusão Digital” e não como está na planilha da ESBR “Aquisição de equipamentos e serviços – 8 telecentros”. A segunda observação é que na política municipal de educação a designação de “salas de inclusão” está voltado com prioridade para os alunos e à comunidade ao longo dos finais de semana, a noite, e feriados; já os “telecentros” são destinados a comunidade e aberto ao longo de todo o tempo.”

Houve ainda alinhamentos sobre:

- a) O *status* do Plano Municipal de Educação, que se encontra tecnicamente elaborado, mas pendente de aprovação no legislativo municipal;
- b) Capacitação dos profissionais da Educação, cujo termo de referência deverá ser disponibilizado pela pasta ao longo do mês de novembro.

AT.05 - Execução do Monitoramento

Compreende, basicamente, a coleta periódica e sistematização de dados, e a geração de relatórios analíticos para uso dos atores envolvidos e para o encaminhamento ao IBAMA dando conta da performance do Subprograma.

No caso dos primeiros, os resultados do monitoramento poderão indicar eventuais necessidades de mudanças nas estratégias de ação em curso, em termos de serviços públicos e atendimento à população de modo geral, e, no caso do empreendedor, em termos de inibição ao afluxo espontâneo de população.

Ao longo do mês de setembro a equipe realizou um primeiro mapeamento estatístico do município de Porto Velho, que foi conjugado com a apropriação do EIA-RIMA e pareceres do Ministério Público de Rondônia.

No mês de outubro a equipe realizou a modelagem de dados, que deverá compor um banco integrado de informações. Uma vez que esta etapa esteja concluída serão delineados os indicadores ambientais para o monitoramento.

3.2 SUBPROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE OPORTUNIDADES

AT.01 - Diagnóstico das Políticas Públicas de Base Local – Capacitação de Mão de Obra, Fornecedores e Apoio ao Empreendedorismo

Compreende a recuperação e análise das informações existentes sobre as políticas públicas de base local voltadas para a capacitação profissional e empreendedorismo e da realização de entrevistas qualificadas com os agentes públicos envolvidos com as questões setoriais suscitadas pelo advento do empreendimento.

O diagnóstico deverá estar orientado para a compreensão das diretrizes que orientam as políticas atualmente em curso visando buscar maior integração e sinergia com as propostas que virão a ser levadas a cabo por parte da ESBR e seus contratados diretos e indiretos.

Em 30 de setembro p.p. houve uma entrevista com a SEMDESTUR, para qualificar a política municipal de renda e emprego. Nesta entrevista obteve-se o Programa Fomentar: renda e cidadania trabalhando juntos, que foi desenvolvido pela SEMDESTUR para atender a programa ambiental de Santo Antônio, correlato do Subprograma de Qualificação da População e Desenvolvimento de Oportunidades, presente no PBA de UHE Jirau.

Conforme reportado anteriormente, a tarefa de mapeamento das políticas públicas que envolvem a questão de emprego e renda está realizada. Foi identificado, complementarmente, o Programa Fomentar, que orienta grande parte do planejamento da Prefeitura para este segmento.

O próximo passo a ser realizado consiste em identificar as possíveis sinergias entre as iniciativas da Prefeitura e as ações já em curso de parte do empreendedor, construtora e contratadas, de que são exemplos os Programas Jirau Qualifica e Geração Energia.

AT.02 - Ações de Capacitação Profissional Realizadas pela Construtora e ESBR

Tendo em vista que as ações de capacitação de mão-de-obra para atendimento às obras estão naturalmente sob responsabilidade das construtoras e, complementarmente, da ESBR, as atividades do programa estarão restritas aos trabalhos de coleta e sistematização dos dados relativos aos cursos de capacitação já em desenvolvimento e patrocinados por esses agentes, visando compor relatório técnico específico para fins de apreciação pelo IBAMA.

AT.03 – Qualificação de Fornecedores e Apoio ao Desenvolvimento Local Sustentável

No momento estão sendo selecionadas as variáveis de interesse no CSE para aplicação de um filtro na base de dados, o que permitirá gerar um subproduto para uso no Programa de Compensação Social e, particularmente, neste Subprograma. A meta consiste em realizar um inventário da estrutura ocupacional das localidades da AID, de modo a balizar as ações da ESBR apoio aos empreendedores locais.

Além disso, existem as iniciativas resultantes das interfaces com o IEL – Instituto Euvaldo Lodi, que têm interfaces com o Subprograma e com esta atividade, como se pode inferir a partir do encontro objeto dos convites abaixo:



JirauQualifica

Mais energia, muito mais negócios para Rondônia

A Energia Sustentável do Brasil, em parceria com Sebrae, Fiero e Fecomércio, convida V.S^ª para o Jirau Qualifica, uma grande rodada de negócios entre os empresários da região e a Usina Hidrelétrica Jirau. Participe deste encontro de oportunidades!

Data: 30 de setembro de 2009

Horário: 13h às 18h30

Local: Casa Blanca | Av. Calama, 2029

Programação

13h - Recepção/credenciamento

14h - Abertura

14h15 - Apresentação UHE Jirau (Diretor Presidente - Victor Paranhos)

14h45 - Apresentação - "Atuação do IEL no Programa de Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores" (Coordenadora do PDQF - Suely Lima)

15h - Apresentação de oportunidades de negócios na UHE Jirau (empresas âncoras)

15h40 - Palestra - "A importância dos fornecedores locais para o desenvolvimento sustentável da região" (Consultor - Durval Freitas)

16h - Coffee break

16h20 - Rodada de Negócios

18h30 - Coquetel de encerramento

Realização:



Parceiros:



Convite

O Instituto Euvaldo Lodi – IEL/RO e a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO na pessoa de seu Presidente Eng^o Denis Roberto Baú, convida para o

Workshop de identificação e validação dos segmentos a serem qualificados pelo Programa IEL de Qualificação e Desenvolvimento de Fornecedores – PQF/RO

12 de novembro de 2009, das 15h30 às 19h00

Rua Rui Barbosa, 1112 – Sala de Reuniões do IEL/FIERO

Venha fazer parte desta idéia e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Estado de Rondônia, por meio da geração de negócios sustentáveis entre grandes empresas e fornecedores locais.

Confirme sua presença

Tel.: (69) 3216-3449

E-mail: andreia.tamayose@fiero.org.br



AT.04 - Implantação e Monitoramento dos Projetos Apoiados com Recursos do Microcrédito

Compreende a assessoria aos interessados em obter recursos do fundo de microcrédito, especificamente no que diz respeito à orientação sobre as questões documentais que se mostram necessárias para acesso ao fundo.

O monitoramento estará baseado na análise estatística dos dados de financiamento ofertado pelo Fundo, levando em conta características dos desembolsos, tais como atividade econômica do mutuário, valores, prazo, etc. A cada seis meses será feito um diagnóstico quanto à mortalidade dos negócios apoiados pelo Fundo, para fins de eventual aprimoramento de seus mecanismos de concessão de recursos e/ou segmentos apoiados.

Esta atividade, do ponto de vista lógico e operacional, precisa ser iniciada após a aprovação da arquitetura e normas operacionais do Fundo de Responsabilidade Socioambiental. A estruturação deste Fundo, por sua vez, será feita a partir de janeiro de 2010.

AT.05 - Encontros Públicos de Discussão das Ações de Empreendedorismo

Compreende a realização de encontros semestrais e fóruns anuais após a efetivação dos resultados do subprograma, visando à apresentação de resultados e a troca de experiências com outras regiões do estado.

Esta atividade, no momento, vem sendo realizada no âmbito do Programa Jirau Qualifica, conforme se pode observar do descritivo da AT.03 acima. A equipe desenvolverá planejamento específico de campo para atividade, após se apropriar da lógica desenvolvida pelo Programa acima referenciado.

3.3 SUBPROGRAMA DE APOIO À REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

AT.01 - Articulação Institucional

Tendo em vista que os empreendimentos de Jirau e Santo Antonio terão suas interferências concentradas no município de Porto Velho, caberá inicialmente definir junto ao governo municipal a diretriz geral que se entende como adequada para o processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Nessa oportunidade deverão ser explicitadas eventuais dúvidas quanto à responsabilidade de cada um dos empreendedores no processo de revisão do plano, em particular quanto à delimitação geográfica de suas áreas de atuação.

AT.02 - Análise da Documentação Técnica Disponível e da Legislação e Normas Aplicáveis

Em paralelo ao esforço de articulação, serão necessárias a recuperação e sistematização dos dados e documentos técnicos disponíveis correlacionados ao tema, a começar pelo próprio Plano Diretor Municipal vigente e a legislação que lhe diz respeito (Lei Orgânica do Município, Lei do Plano Diretor etc.).

Já foi coletado grande parte do acervo de documentos técnicos vinculados à revisão do Plano Diretor. A equipe organizará tal acervo, para fins de documentação e orientação de atividades.

Será dada continuidade às tratativas com o poder público relativas ao Plano Diretor de Porto Velho.

AT.03 - Diretrizes para Reformulação do Plano Diretor

A equipe ainda não teve oportunidade de interagir com os técnicos da Prefeitura sobre esta matéria. Em agenda desenvolvida com Departamento de Engenharia de Tráfego em 30/09 passado foi informado à equipe que existe GT multidisciplinar se reunindo para estudar de modo integrado e transversal os impactos que ocorrem sobre o Município, em decorrência dos empreendimentos hidrelétricos e plantas por eles induzidas.

3.4 SUBPROGRAMA DE FOMENTO À TECNOLOGIA DE EXTRAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS

AT.01 - Análise Prévia do Setor de Extração de Produtos Florestais

Compreende a recuperação e análise das informações existentes sobre o setor extrativo florestal, bem como as políticas públicas associadas, e a realização de entrevistas qualificadas com os agentes públicos e privados envolvidos com a questão.

As informações analisadas deverão permitir a construção de um quadro referencial para o setor, indicando as principais variáveis e indicadores que o caracterizam, bem como apontar as potencialidades e fragilidades da cadeia produtiva.

Em setembro a equipe interagiu com a SEMAGRIC, no sentido de identificar informações e políticas específicas para o segmento no município de Porto Velho. Ficou evidenciado que já existe em andamento uma série de projetos que estimulam entidades e associações a fazerem o aproveitamento sustentável de recursos oferecidos pela floresta. Parte destes projetos é objeto de convênios com o Governo Federal, aguardando contrapartida para obterem liberação.

Em outubro e novembro a equipe se apropriou de diferentes documentos já produzidos sobre o setor extrativista e agropecuário, no sentido de produzir um diagnóstico sobre a situação.

AT.02 - Análise e Identificação de Oportunidades de Negócios Centrados no Uso e Manejo Sustentado dos Produtos Florestais

Compreende a análise do segmento de extração florestal com vistas à identificação de potencialidades de negócios pautados no uso sustentável da floresta, explicitando seus pontos críticos e favoráveis, com identificação daqueles mais promissores e suas necessidades em termos de viabilidade.

De particular importância será a identificação de ações que aproximem os órgãos públicos de pesquisa e extensão, que trabalham com a questão do manejo sustentável, com as comunidades que hoje exploram produtos florestais.

A equipe iniciou as atividades por meio da realização de levantamentos bibliográficos, particularmente títulos disponibilizados pelo SEBRAE relatando experiências exitosas na região (amazônica). Este levantamento ainda não foi concluído.

AT.03 - Elaboração de Estratégia de Capacitação – Uso Sustentado de Produtos Florestais/Planos de Manejo, Aproveitamento de Produtos Florestais, Empreendedorismo e Associativismo

Análise das atividades / programas de capacitação em curso pelas instituições públicas e privadas e, caso necessário, identificação / sugestão de complementação e/ou revisão de linhas de ação em face da situação atual decorrente das demandas que deverão ser atendidas pela ESBR.

A elaboração da estratégia de capacitação deverá ser feita em conjunto com as instituições que já atuam no segmento de capacitação, envolvendo: identificação dos cursos e da instituição responsável, público alvo, abrangência territorial e definição dos custos envolvidos.

Os cursos de capacitação, quando aplicável, serão contratados pelo empreendedor. . Ao programa de comunicação social caberá a divulgação dos eventos, bem como a disponibilização da logística para a sua viabilização.

Esta atividade depende de interações com as diferentes comunidades, ação que ainda não pode ser iniciada, devido à dinâmica da condução das diferentes atividades do Programa de Compensação Social.

AT.04 - Monitoramento das Ações de Fomento Florestal

As comunidades e empreendedores que participarem das ações de capacitação serão monitorados semestralmente visando verificar o grau de satisfação e utilização do conhecimento adquirido.

3.5 SUBPROGRAMA DE APOIO E ASSISTÊNCIA AOS GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

AT.01 - Análise das Políticas Públicas e da Rede Público/Privada de Assistência Social

Compreende a recuperação e análise das informações existentes sobre as políticas públicas de base local, voltadas para a assistência social e a realização de entrevistas qualificadas com os agentes públicos e privados envolvidos com essa questão.

O diagnóstico deverá estar orientado para a compreensão das diretrizes que orientam as políticas atualmente em curso, bem como para a identificação e caracterização das instituições, programas / projetos específicos voltados à assistência aos grupos considerados vulneráveis do ponto de vista social, identificando e caracterizando as instituições responsáveis pela sua implantação.

A identificação de instituições responsáveis não se restringe ao âmbito do setor público, devendo incluir instituições não-governamentais de reconhecida atuação na região.

Em setembro a equipe realizou uma entrevista com a SEMAS Secretária Municipal de Assistência Social, a partir da qual pode depreender as linhas gerais da política setorial, mapeando programas em andamento. Foi possível, ainda, obter dados sobre populações e segmentos em condição de vulnerabilidade, relacionando-os aos equipamentos públicos geridos pela SEMAS.

Os insumos obtidos no mês de setembro permitirão compor relatório diagnóstico sobre a política setorial. Tal ação será consolidada no documento solicitado pelo IBAMA à ESBR, no qual se fará uma avaliação integrada dos serviços públicos no município.

A equipe se dedica no momento em preparar o documento a ser entregue ao IBAMA, que compreende a política de assistência social. A elaboração deste documento envolve, ainda, uma primeira versão do monitoramento (quantitativo) das políticas públicas setoriais em bases locais.

AT.02 - Delimitação de Parcerias e Responsabilidades

Consideradas as instituições e projetos identificados, serão definidos critérios de avaliação visando selecionar aqueles que melhor se posicionam com vistas a receber o apoio técnico e material da ESBR.

Avaliadas as instituições e os projetos, identificam-se os parceiros e responsabilidades, com definição dos instrumentos necessários para formalização dos convênios e montagem do arranjo institucional necessário para acompanhamento das ações, com respectivo detalhamento das atividades técnicas e operacionais, em particular os procedimentos de monitoramento e avaliação e, por fim, os custos que deverão ser arcados pelo empreendedor.

AT.03 - Execução do Monitoramento

Compreende a execução dos trabalhos de coleta de dados e geração de relatórios analíticos relativos aos resultados obtidos.

Com base nos resultados deverão ser indicadas situações de readequação nas propostas de ação voltadas para o atendimento da população alvo do programa.

A atividade foi devidamente iniciada, conforme indicações feitas acima, tendo cronograma definido para sua implantação.

3. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO

A equipe técnica da **CNEC Engenharia S/A** no **segundo semestre de 2009** constituiu-se dos seguintes profissionais:

Nome do Profissional	RG	Qualificação	Função no Contrato	Participação em MÊS (%)
Sinoel Batista	9.146.457-2	Políticas Públicas	Coordenador	50
Marcelo Peron	7.492.118-6	Economista	Coordenador	50